



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

AS SOCIEDADES E A QUALIDADE DE VIDA: Tendências Actuais

António Teixeira Fernandes

A preocupação com a qualidade de vida não constitui certamente uma questão da nossa contemporaneidade. Nem são somente as sociedades hodiernas que podem ser consideradas sociedades em abundância. Povos “primitivos” parecem ter superado os estados

de insuficiência crónica de bens, na busca de uma vida aprazível.^[1] Poder-se-á afirmar, no entanto, que as melhores condições de existência são concebidas e promovidas de forma diferente nas sucessivas épocas históricas. Os grandes “senhores” da Idade Média viviam no “conforto” que lhes permitiam os seus castelos, austeros na sua arquitectura, mas abundantes na sua mesa. O Renascimento, o Barroco e o Romantismo exprimem, em tempos ulteriores, não só formas estéticas diversas, mas também modalidades de rodear a existência, nos cómodos e no fausto dos seus palácios, no traçado urbano e no embelezamento dos jardins, de condições tidas como mais humanas. O século XX, que conhece uma integração mais alargada das camadas da população na própria sociedade global, experiência modos de vida mais simples e mais práticos, mas enfrenta, em simultâneo, em toda a sua extensão, o problema da qualidade de vida.

Face à degradação generalizada dos centros urbanos, causada pela implantação de indústrias e pelo crescimento rápido e incontrolado da população, oriunda do êxodo rural, a burguesia tende a abandonar, no século passado, os espaços constrangedores e insalubres das cidades. Mas o século XIX vive fundamentalmente sob o signo da História. As diferenciações sociais, demasiado acentuadas, mantêm em vivo contraste os modos de vida e acentuam o carácter servil do trabalho, como o haviam feito, através do tempo, a nobreza e depois a burguesia enobrecida. A ética do trabalho, tanto capitalista como socialista, contribui para a valorização da actividade laboral, mas terá favorecido igualmente as mais pesadas servidões.

Desde que a sociedade actual passou a viver, não sob o signo da *História*, mas sob o signo da *Natureza*, em simultâneo o trabalho deixa de ser, como no passado mais recente, fonte de fortes identidades. Estes tendem a construir-se em espaços mais alargados. As lutas sociais transferem-se também para outros campos, constituídos em múltiplos domínios de afirmação de identidades.

Não são unicamente as indústrias que exercem constrangimentos e são fonte de poluição. À medida que se multiplicam os factores de desagregação da natureza e aumentam os condicionalismos da existência humana, estende-se e alarga-se igualmente a concepção da qualidade de vida. Perante uma poluição generalizada, que enche de ruído e toxidade a atmosfera que se respira e face a ameaças que atingem os produtos que se comercializam ou os alimentos que se consomem, o homem, neste final de século, vive com alguma dramaticidade a questão ecológica, questão que acaba por envolver todos os povos qualquer que seja o seu nível de desenvolvimento. Mas a qualidade de vida assume progressivamente uma dimensão mais vasta.

Se por qualidade de vida se entendem melhores condições de existência, trata-se certamente de um problema com o impacto variável nas diferentes culturas e nos diversos meios sociais.

O desenvolvimento que referimos acima, nos seus traços de maior saliência para a óptica em que nos colocamos, envolve, nas sociedades tradicionais, unicamente grupos de *status* superiores. O equilíbrio do homem com a natureza não era ameaçado pelo sistema produtivo nem pela dimensão e densidade populacionais. A grande maioria das pessoas mantinha-se, porém, a um mero nível de subsistência, sem a *auri sacra fames* que vai originar, na época moderna, o espírito capitalista e, muito menos, sem os recursos que lhe permitissem fruir da vida com uma razoável suficiência de bens. A qualidade de vida não é um tema com idêntico alcance para todos os tempos e para os diferentes estratos sociais. Também não existem sempre as mesmas ameaças ao ecossistema humano. As sociedades da pós-industrialização, depois do sonho prometeico e da ânsia de abundância e

de felicidade próprios da modernidade, despertam para a situação que torna premente o problema da busca e da salvaguarda da qualidade de vida. Este tipo de sociedade mostra, com as suas múltiplas ameaças, que o homem não é capaz de construir sem ao mesmo tempo destruir. O mundo ocidental, accionado pelas ideias de liberdade e de igualdade, põe no horizonte de todos a esperança de uma vida melhor, que cada um passa a entender e a colocar em prática de acordo com a sua sensibilidade e a sua cosmovidência.

A modernidade orienta as sociedades para o progresso indefinido. A vontade de inovação, motor desse progresso, não é durante muito tempo sensível aos limites do crescimento, nem sequer à alteração do equilíbrio dos sistemas constituídos através dos séculos.

Durante o século XIX, o progresso tendia a ser identificado, pela teoria económica, com a felicidade. Para o utilitarismo, a divisão do trabalho resultava da ânsia de felicidade que se estendia progressivamente às diversas camadas sociais. A difusão do ideal de vida feliz terá accionado a busca da especialização. Segundo o liberalismo, a maior felicidade traduz-se na máxima utilidade. Nesta utilidade, converte a sociedade o seu ideal ético, na sua procura desenfreada da abundância. Em finais do século passado, É. Durkheim põe em causa tal concepção de felicidade elaborada pela economia política clássica. Em seu entender, “seria natural que o homem procurasse produzir

mais para usufruir ainda mais. Mas, na realidade, o nosso poderio de felicidade é muito restrito.^[2] Tal poderio é não só limitado como ainda concebido diferentemente nas diversas épocas. É uma função igualmente de cada classe social. A população adapta-se às maneiras de viver. As sociedades tradicionais, relativamente estáveis nos seus equilíbrios, tendem a converter a felicidade numa certa *aurea mediocritas* horaciana. Impulsionada pelas grandes revoluções, nomeadamente a científica, a filosofia das luzes irá distinguir entre sensibilidade e razão para situar o problema da felicidade. Esta não é, para I. Kant, uma questão da razão, mas de instintos. Sendo essencialmente subjectiva e empírica, deixa de ser generalizável.

As austeras sociedades do passado entendem a vida humana, mais em termos de realização de um destino, do que na perspectiva da felicidade. A identificação e a adesão a um destino conferem à existência a sua dimensão possível de felicidade. Mas aquele destino é externo à vida. Situa-se no além dela mesma. A ideia de perfectibilidade humana traz, ao contrário, a felicidade para o centro da vida, ao colocar o destino do homem nas suas próprias mãos. A filosofia utilitarista transforma a

utilidade na maior felicidade possível.^[3] Só que não há felicidade sem um destino, quer este seja concebido como algo imposto ou como algo escolhido. Sem um destino, intra ou extra-histórico, a vida fica ao sabor de inclinações imediatas. Face à experiência da sua limitada condição e perdido

na imensidão das suas agruras, o homem parece não ter nascido para a felicidade.^[4] Quem terá dito, na verdade, que o homem surge para ser feliz? Na sua dimensão humana, aquela tende a encontrar-se no momento do relacionamento com o outro, sempre que as pessoas verdadeiramente se encontram. Com a felicidade se iludem estas nas malhas da actividade em que a vida as enleia. Mas, apesar disso, luta-se por ela, e variadas são as situações em que se pensa tê-la adquirido, na fugacidade dos momentos alegres que cortam as rotinas.

De acordo com a análise durkheimiana, “o que limita a felicidade humana é a própria constituição do homem, tomado em cada momento histórico”. Com efeito, “se a divisão do trabalho não tivesse progredido a não ser para aumentar a nossa felicidade, há muito tempo que teria chegado ao

seu limite extremo, assim como a civilização que dela resulta e que uma e outra teriam parado”.^[5] Haver-se-ia atingido o ponto de saturação. Mas a verdade é que o homem não se desalenta no sonho faustiano de alcançar as estrelas, mudando constantemente as suas concepções de vida através do tempo. Ainda que a felicidade se funde nos instintos, assume modalidades diferenciadas de expressão que acabam por tomar formas regulares e partilhadas.

O carácter instintivo da felicidade não possui, porém, nada de mecânico. É uma questão essencialmente cultural, vivenciada em determinados meios sociais. Trata-se de uma atitude perante a vida, diversificada segundo os modos de existência das classes sociais. A abertura à felicidade está situada, no entender de É. Durkheim, no interior de alguns parâmetros. Parece que “demasiado idealismo e elevação moral fazem frequentemente com que o homem não tenha mais o gosto para desempenhar os seus deveres quotidianos”. A medida é sempre algo apropriado às coisas humanas, sendo “uma verdade geralmente reconhecida hoje que o prazer não acompanha nem os estados de consciência que são demasiado intensos, nem os que são demasiado fracos”(5). Ilimitado nos seu imaginário e desmedido na sua vontade de ser, o homem não pode ir além das suas capacidades e, na sua existência, tende a conformar-se com os hábitos adquiridos e a resistir às tentativas de mudança radical. A sua liberdade situa-se em regularidades de acção. Não será, por isso, certo que a felicidade aumente à medida que avança o “progresso”. Este faz normalmente acompanhar os prazeres que oferece dos sofrimentos que produz. Haverá, sem dúvida, maior variedade de escolha e esta é necessária ao prazer. Mas é igualmente certo que “se somos sensíveis a mais prazeres, somo-lo também a mais sofrimentos”. Aquilo em que mais se encontra

o prazer poderá acabar por saturar e não mais dar origem à felicidade. Esta é um sentimento que acompanha a existência e que apenas é perceptível a quem a sente. Segundo É. Durkheim, “parece bem que a felicidade é outra coisa que uma soma de prazeres. É um estado geral que acompanha o jogo regular de todas as nossas funções orgânicas e psíquicas”. Mas como “estado geral”, não é necessariamente universalizável. Cada um, no seu tempo e no interior da sua própria cultura, é feliz à sua maneira e medida próprias. Não se é feliz do mesmo modo em todos os meios sociais e nas diversas épocas. Trata-se de um estado relativo, pois “não existe uma felicidade absoluta, objectivamente determinável, de que os homens se aproximam à medida que progridem”, dado que o progresso não produz necessariamente maior felicidade. Ele parece nascer da luta pela vida e, se há uma crescente especialização, “não é para produzir mais, mas é para poder viver nas

condições novas de existência que nos são impostas”.^[6] A felicidade, realidade essencialmente subjectiva, tem a ver com a melhoria das condições de vida, entendidas ora na sua perspectiva material, de abundância de bens, ora na óptica cultural, de elevação do espírito e de fruição do mundo dos valores. Mesmo o Utilitarismo reconhece que “vale mais ser um homem insatisfeito (*dissatisfied*)

do que um porco satisfeito; vale mais ser Sócrates insatisfeito do que um imbecil satisfeito”.^[7] No exercício da autonomia consiste o elemento mais importante da qualidade de vida. Não se pode fundar um sistema moral sobre as ideias de perfeição ou de felicidade.

A questão da qualidade de vida será colocada, de acordo com tal orientação, em termos de relação entre felicidade, como estado de equilíbrio interior, e vivência em contextos que, sendo embora impostos exteriormente, garantem a liberdade, ainda que em graus variáveis, na autonomia, permitindo a compatibilização desta com o equilíbrio do ecossistema em que se desenrola a vida humana. Se a noção de felicidade possui uma forte carga subjectiva e instintiva, o mesmo tende a acontecer com o conceito de qualidade de vida a ela associado. Poder-se-ão, desde então, multiplicar indefinidamente as perguntas. Poderá ser considerado qualidade de vida o carácter sagrado da existência, com uma

saúde rodeada dos melhores cuidados médicos.^[8] Poderá ser qualidade de vida o predomínio dos valores e dos prazeres do espírito sobre as coisas ou destas sobre aqueles. Poderá ser qualidade de vida a fuga à complexidade da actual sociedade ou a agitação no seu labirinto. Poderá ser qualidade de vida o trabalho intelectual ou a actividade manual. Poderá ser qualidade de vida a existência no luxo ou na austeridade, nas comodidades ou na privação. As sociedades humanas são atravessadas por dinamismos contrastantes, por concepções e atitudes contrapostas, em consonância com as múltiplas sensibilidades e projectos existenciais. É em função destes que aquelas questões têm algum sentido.

Se a expressão recobre realidades tão diversas e se define situações não raro opostas, é porque é dotada de um carácter extremamente difuso. Este facto pode parecer suficiente para lhe retirar qualquer operacionalidade na investigação científica.

Mas não opera a Sociologia, de forma recorrente, com realidades de idêntica natureza e com noções igualmente flexíveis, em outros domínios sociais? Uma religião verdadeira para os seus fiéis não aparece com falsa ou errônea para os crentes de outras confissões ou para quem, em absoluto, não acredita? Fogem a este mesmo escolho o trabalho, a habitação ou o lazer? Estas realidades aparecem igualmente revestidas de enorme subjectividade.

É compreensível, por isso, que se queira, em contextos como estes, fugir às dificuldades, considerando apenas as condições necessárias ou propícias ao exercício de actividades e à vivência de sentimentos. A recusa da subjectividade converte e reveste o conceito de “condições” da sua máxima instrumentalidade, constituído em pressuposto de objectividade. Como será, contudo, possível abordar as condições da produção de algum fenómeno, se se põe de lado ou se subalterniza o mesmo fenómeno de que elas são condições? Estas são-no em função de um objectivo concreto. Condições para uma acção poderão ser obstáculo para uma outra.

Não será difícil aduzir uma infinidade de exemplos. A passagem de uma pessoa ou de uma família de uma barraca para um palácio poderá, na verdade, não traduzir necessariamente uma melhoria da qualidade de vida. A análise empírica tem mostrado que a transferência de “ilhas” insalubres para casas minimamente condignas não implica sempre a alteração dos hábitos e dos modos de vida.

A tendência é para um “regresso” à situação original, na reconstituição do novo espaço habitado.

As populações resistem, por vezes, a abandonar o seu *habitat*, mesmo quando é considerado altamente poluído e com ameaças de graves consequências para a saúde. Como ser de hábitos, sujeito a fortes inércias sociais, o homem é profundamente condicionado nas suas atitudes perante as coisas e perante a existência. Nos hábitos se consubstanciam sensibilidades e visões do mundo.

A análise do conceito de “qualidade de vida” não pode passar, por isso, sem uma referência à normatividade. O problema reside, desde então, na “natureza” dessa normatividade, já que ela pode ser concebida *a priori* ou como realidade *de facto*. Uma e outra normatividade é susceptível de se constituir em critério de análise ou de referência para a Sociologia.

A normatividade teórica tem a sua origem em pensadores, em grupos ideologizados ou em

instituições. Quando os movimentos ecológicos ou as associações de defesa do consumidor lutam pela “qualidade de vida” exprimem, para além de uma particular sensibilidade, formas idealizadas de existência a que associam correntemente uma particular ideologia. Do mesmo modo procedem os Governos e as autarquias todas as vezes que promovem a demolição de barracas ou a erradicação de “ilhas”. Está igualmente aqui subjacente uma noção de qualidade de vida, postulada pela ordem democrática.

Será, no entanto, possível ou, ao menos, legítimo definir *a priori* o que seja a qualidade de vida, sem que, ao mesmo tempo, não entrem em conflito concepções particulares de existência? A humanidade, no seu desenvolvimento, vai adquirindo a consciência do que seja mais adequado e condigno para o homem. Em cada momento histórico, poderá haver uma concepção do que deva ser a qualidade de vida. Esta noção vai encontrando a sua expressão concreta na unanimidade tácita sobre o que se consideram condições humanas de existência. Mas, como a realidade, não é homogénea, do ponto de vista social e cultural, coexistem concepções descoincidentes, de harmonia com as diferenciadas visões do mundo. A cada camada social poderão corresponder sucessivamente redefinidas modalidades de estar no tempo e de agir. Se instituições elaboram critérios de normatividade acerca de um tal fenómeno, tais critérios tenderão a exprimir as concepções dominantes em determinados estratos da sociedade. São estes que servem de principal referente.

Existe também uma normatividade *de facto*. Dado que as camadas da população assumem progressivamente condutas mais ou menos standardizadas, estudar as concepções de qualidade de vida consiste em ver como os diversos agrupamentos sociais, nomeadamente as camadas superiores, se organizam, vivem, se diferenciam e se relacionam. Trata-se, então, de um outro tipo de normatividade, de carácter factual.

Se, na normatividade *a priori* operam certos ideais ou princípios doutrinários, na normatividade *de facto* actuam sensibilidades e alguns constrangimentos. Neste último tipo de normatividade, estarão igualmente presentes possibilidades económicas e interesses. Isso ocorre normalmente quando a qualidade de vida é definida em sede de classe ou a partir de critérios políticos. Sabe-se que, na Idade Média, por exemplo, a forma de vestir e sobretudo os tecidos utilizados eram objecto de determinação legal. Os plebeus não podiam usar certas indumentárias.

Deverá a análise sociológica proceder ao estudo de uma e outra modalidade de normatividade. Não existe qualquer razão para que se privilegie uma das perspectivas, em detrimento da outra. Tudo depende do que se pretende alcançar.

Para além da importância em considerar “condições” indispensáveis à existência da qualidade de vida, necessário se torna conhecer ainda os indicadores que estão na base da sua avaliação. Tanto as “condições” como os “critérios” constituem elementos objectivos de análise. A subjectividade estará ligada sobretudo à forma como estes são utilizados.

Subjacente à concepção de qualidade de vida encontram-se, antes de mais, níveis de posse que confirmam uma suficiência de bens. Aplicando este critério, são postas de lado as situações de pobreza e *a fortiori* os estados de miséria. Ela não é compatível com a exclusão social, sendo mesmo o seu oposto. Somente terá sentido falar de qualidade de vida a partir de um certo limiar de existência. As actuais sociedades da abundância, onde aquele conceito tende a impor-se, estão em contradição com as múltiplas e extensas bolsas de pobreza constituídas em situações de sub-humanidade.

A luta a favor da qualidade de vida passa pela erradicação da exclusão social. O transeunte pelas cidades da Europa, ricas e belas na sua monumentalidade e na sua ostentação, depara, a cada passo, com o espectáculo degradante dos mendigos, atirados para os cantos das ruas e enroscados nos seus andrajos. São existências abjectas na qualidade de vida que tanto se pretende afirmar.

De acordo com os modelos neoliberais, é possível a coexistência das situações. Mas a sociedade humana dificilmente subsistirá em humanidade sem o cimento da solidariedade.

Somente ultrapassando o limiar da existência condigna, tem sentido o movimento em prol da qualidade de vida. Esta aparece associada a uma concreta forma de entender a felicidade ou de idealizar a existência. Um tríplice eixo serve de vector à análise: a relação do homem consigo mesmo, a sua relação com os outros e a relação com o meio ambiente.

É indiscutível que a noção de qualidade de vida implica um equilíbrio do homem, na sua maneira de ser e de estar no mundo. Na relação necessária com a realização de cada um, a sua produção tem a ver com a criação de condições que favorecem e promovam a realização pessoal. Esta conseguida, aquela será igualmente alcançada.

Como os projectos humanos diferem *ad infinitum*, multiplicam-se, na mesma medida, as modalidades de ser e de estar na temporalidade. A realização pessoal, mesmo no absoluto de si mesma, caso fosse possível é essencialmente relativa, limitado como é o homem. A felicidade não está ao alcance do homem. No entender de Max Weber, “frente ao sonho de paz e felicidade para o homem, sobre a

porta do desconhecido porvir da história humana, está escrito: *lasciate ogni speranza*”.^[9] Não se vive nunca da mesma maneira, nem com idêntica intensidade. As coisas não acontecem em si e nas pessoas de modo semelhante. Cada um concebe e dá forma diferente, em cada momento do seu projecto de vida, à realização pessoal e, em consequência, à existência que daquela resulta.

Não será este, por isso, um critério demasiado subjectivo de avaliação? Considerado na sua individualidade, aparece revestido de grande subjectividade. Mas a Sociologia não analisa as pessoas na sua singularidade. Atende sobretudo às formações colectivas. Saber como as diversas configurações sociais possam partilhar semelhantes condições de existência, está ao perfeito alcance da Sociologia atingir com suficiente objectividade. A ciência não se ocupa das manifestações individuais dos fenómenos, mas da sua expressão social. Importante será conhecer como as diferentes camadas da população ou os diversos meios sociais encaram a relação entre a realização humana e as situações que a proporcionam.

No âmbito destas situações, contam-se, em particular, as condições materiais da existência. Para que haja realização pessoal, nas sociedades actuais, torna-se indispensável que os indivíduos possuam suficientes níveis de posse, em harmonia com os seus concretos projectos existenciais. Tais níveis pressupõem sempre a libertação da exclusão. No campo alargado de modos de vida, há graus variados de capital económico, social e cultural, a que correspondem específicas qualidades de vida. Este conceito parece apontar, na sua expressão individualizada, para o que é melhor, para as situações mais favoráveis na vida de cada um.

O homem é um ser essencialmente social, situado num sistema de relações e imerso numa cultura comum. O relacionamento com os outros surge também como uma dimensão da qualidade de vida. Se, no passado, o sistema de relações sociais era restrito e relativamente fechado, hoje em dia tende a alargar-se. O individualismo é contemporâneo da multiplicação das possibilidades de contacto e estas põem à disposição das pessoas uma quantidade crescente de alternativas. As malhas da regulação e do controlo social romperam-se e o homem, perdido na multidão e acessível ao consumo generalizado, vê-se frequentemente a braços com o seu isolamento e, em casos extremos, com a sua solidão.

A qualidade de vida é indissociável do grau de liberdade de que se possa dispor no interior da sociedade. Actualmente, os sistemas são mais abertos, as relações mais espontâneas, os contactos mais fáceis. A abertura da sociedade, mediante o processo da democratização, estende-se a camadas sociais sempre mais vastas. Há uma integração crescente na própria sociedade, nem sempre através da mediação de grupos.

Sendo as sociabilidades uma característica e uma condição da existência humana, os ganhos em liberdade necessitam de ser acompanhados do reforço das solidariedades. O declínio da sociedade da segurança postula a emergência da sociedade solidária, capaz de oferecer uma resposta actual ao crescimento contínuo dos indivíduos socialmente autónomos, mas economicamente dependentes. Embora a segurança seja uma técnica, é também um modo de produção de solidariedade, constituída em valor das sociedades modernas. Ao contrário de um Estado-providência, concebido como máquina de indemnizar em cujo seio o cidadão ganha financeiramente o que perde do ponto de vista moral, o Estado de solidariedade tende a reconciliar a assistência com a dignidade cívica, mediante a instituição de um direito a um rendimento de existência em sociedade em contrapartida de uma contribuição social. O excluído não consegue permanecer como cidadão, sem liberdade tutelada, se não se quebrar a cultura da dependência. Promover a qualidade de vida sem criar possibilidades de reforço do ser e do estar com os outros no mundo é amputar a existência de uma dimensão essencial. Aquela qualidade necessita de ser conciliada com as formas de associação, nos complexos sociais que as permitem. Integra também aquele conceito a vivência em local aprazível, com boas infra-estruturas de acesso, serviços capazes e suficientes nos domínios da saúde, educação e habitação, e equipamentos de lazer bastantes em número e em diversidade, como desporto, parques de diversão e consumos culturais.

Porque o homem é, finalmente, um ser que habita, não pode prescindir do espaço. A casa é o lugar, por excelência, da habitação e um indicador privilegiado dos modos de vida. Com base nas

condições habitacionais também se diferenciam as classes sociais.^[10] São normalmente apontados como indicadores de qualidade de vida o tipo de habitação (vivenda ou apartamento), a variedade de electrodomésticos postos ao serviço da família, o telefone e a posse de automóvel. O espaço não é apropriado, além disso, da mesma forma pelas diversas camadas sociais. Há, nomeadamente em meio urbano, zonas nobres e outras que poderão ser mesmo objecto de discriminação.

Não se trata, de facto, unicamente da casa em si mesma, mas ainda do seu enquadramento. A relação com o espaço é categorizada em termos de privilégio ou de exclusão, como pólos antitéticos, assim como em termos de bom enquadramento ou de degradação e de poluição.

O conceito de qualidade de vida envolve normalmente uma relação equilibrada com a natureza e um espaço habitado despoluído. Este critério serve para diferenciar os povos e as camadas sociais. As sociedades com maior nível de desenvolvimento procuram libertar-se da poluição e, em particular, dos lixos tóxicos. As camadas mais elevadas da população, em cada sociedade, buscam os espaços mais nobilitados, transformando-os em simbologia de classe.

Falar de qualidade de vida implica atender aos diversos tipos de sociedade e diferentes camadas sociais. O conceito reveste-se de significações variadas de acordo com o tempo e o espaço social. O século passado foi dominado pelas ideias de história e de progresso. Face à situação generalizada

de privação das sociedades tradicionais, o grande sonho de largas camadas da população é o da abundância e da felicidade. Tal é o ideal nomeadamente das sociedades industriais, marcadas pela produção e pelo consumo. É a época do desenvolvimento acelerado do capitalismo e da tomada de consciência do movimento operário. Se a classe burguesa é animada pelo “espírito do capitalismo”, o proletariado enceta a luta pela sua libertação da exploração e da dominação. O sonho do proletariado é o mesmo da classe burguesa: a abundância e a felicidade ou a felicidade na abundância.

A sociedade pós-industrial não parece inspirar-se mais em tal ideal. Já não quer o progresso a qualquer preço. Procura conciliar aquela abundância com a qualidade de vida. A mudança de perspectiva, tende a corresponder a passagem de uma cultura materialista a uma cultura pós-

materialista.^[11] Esta última cultura transfere as preocupações das populações para as grandes questões do ambiente e desenvolve movimentos sociais contra a poluição, atómica, industrial e urbana. Na base daquela concepção e destes movimentos está o suposto de que a humanidade, nas sociedades mais desenvolvidas, atingiu um nível suficiente de bens, dando, em consequência, prioridade à cultura. A Terra deixou de ser um mero espaço a explorar. A sua defesa aparece associada à preservação da vida no planeta. O homem descobre que faz parte de um ecossistema complexo, cujo equilíbrio deve respeitar, se quiser sobreviver. Os atentados a esse equilíbrio revertem em prejuízo da própria humanidade e da vida sobre a Terra. A era ecológica é assim o tempo da tomada de consciência, por parte do homem, da escassez dos recursos, da precariedade da sua existência e da afirmação dos valores.

À exploração ilimitada da natureza contrapõe-se, hoje em dia, a ideia de que os recursos são limitados. O desejo da abundância e do progresso mais acentuado conduz à destruição da vida sobre a Terra.

A concepção utilitarista da felicidade, como a máxima utilidade das coisas e o maior prazer, é substituída pela ideia de que a vida é sobretudo fruição de valores, na suficiência de bens. O respeito pelo ecossistema, como meio natural da habitação humana, passa a contrariar a ocupação massiva dos espaços, com agressões violentas à natureza. Ao consumo desenfreado, como sinal de se ter alcançado o estilo de vida próprio desta civilização, sucedem o uso moderado das coisas e a preferência por tudo o que é natural.

O desenvolvimento histórico não se faz de modo linear. O avanço processa-se ondularmente, com fluxos e refluxos. A actual concepção da existência parece estar ligada a um refluxo de valores nas sociedades ocidentais.

Os critérios acima considerados, de definição da qualidade de vida, constituem, porém, outras tantas aporias no mundo actual. Abrindo horizontes à realização humana, estabelecem, ao mesmo tempo, limites em que ela tem de se conter.

A sociedade que tende a identificar a qualidade de vida com a máxima *realização pessoal* confronta-se com o problema da *droga*. A realização humana pressupõe um contexto próprio, um adequado sistema de relações sociais. A vida colectiva implica a abertura aos outros e o empenhamento em actividades comuns. Não há desenvolvimento, como não existe cultura, sem inter-relacionamento e participação. A criatividade e a participação culturais aparecem como os indicadores da superior actividade associada à qualidade de vida.

Mas, ao contrário da bebida em geral, o consumo de droga é o oposto da sociabilidade. A droga produz um mundo de isolamento, quebrando as modalidades de relacionamento. Os estupefacientes encerram as suas vítimas no ratriamento de si mesmas, na solidão, levando-os a fugir às actividades comuns e a afastar-se das responsabilidades colectivas. Subvertendo o sonho da realização pessoal, criam mundos psíquicos artificiais e revelam o fracasso da aspiração à realização pessoal, quando encarada de forma desassociada. Se o homem é um ser essencialmente social, não se pode realizar no isolamento e na solidão. A droga aparece, por isso, na nossa contemporaneidade, como a maior ameaça à qualidade de vida, porque opera a degradação do próprio homem, lançando-o na solidão insociável.

A contradição é assim evidente. Cada vez mais, o princípio enformante da qualidade de vida tem a ver com a realização pessoal. Os projectos existenciais deixam progressivamente de se pautar por critérios exteriores e integram-se sobretudo em comunidades de pertença profundamente fragmentadas. enquanto nas sociedades tradicionais, com o predomínio do trabalho, a actividade laboral é factor de identidade e de integração, actualmente essa função é desempenhada pela realização pessoal. O trabalho é cada vez menos destino para todos. Os estilos e os modos de vida afirmam-se pelos níveis de consumo. A realização pessoal egocentrada não implica qualquer exigência de utilidade social. O indivíduo não se subordina a qualquer projecto colectivo, é este que serve aquele. Neste contexto a fragilidade das identidades, sem objectivos para os quais sejam canalizadas as energias individuais, deixa a porta aberta para as mais diversas formas de desvio social e de marginalidade. A droga será apenas uma delas. É o desvio enquanto recusa da sociedade e das responsabilidades que ela postula.

A sociedade que tende a fazer coincidir a qualidade de vida com a inserção numa vasta rede de

relações sociais debate-se com a existência de alargados espaços de *exclusão social*.^[12] A sociedade burguesa, apostada na industrialização e em sistemas sociais abertos, procura destruir

os agrupamentos intermédios, existentes no Antigo Regime, para promover a sua integração directa na sociedade global. Este processo é acompanhado de uma crescente massificação, sem que a integração seja conseguida. Os “exércitos de reserva”, necessários à produção capitalista, estendem-se depois em manchas de pobreza e de miséria.

O proletariado adquire uma forte consciência colectiva, com uma integração crescente no processo produtivo. A integração no sistema social torna-se mais difícil e mais lenta. Servem este objectivo as lutas laborais e a instauração de um Estado-providência.

Com o desenvolvimento tecnológico, o sistema produtivo, nesta era da pós-industrialização, lança no desemprego vastas camadas da população, destituídas de suficiente formação profissional. A economia recusa o trabalho àqueles que carecem da indispensável capacidade técnico-profissional. A sociedade consome depois o processo, criando situações de marginalização, de discriminação e de segregação.

A exclusão social, mais do que um estado, é um processo que, para além da precariedade face ao trabalho, envolve ligames familiares e sociais, tidos como variáveis essenciais em relação às quais o Estado é relativa ou totalmente impotente.

A exclusão social é, por isso, numa época de grande preocupação com a qualidade de vida, uma grande ameaça para as sociabilidades. A dualização das sociedades, em acentuação crescente, produz a insegurança e o medo. Uma nova “classe perigosa” espregueia por todos os lados as comodidades de alguns. Levantam-se, em consequência, muralhas e fortalezas. Sendo a vida humana uma aventura comum, não se pode usufruir verdadeiramente de qualidade de vida, se outros são excluídos. Este conflito é tanto mais insuportável, quanto mais difusa é a consciência democrática. A qualidade de vida passa a ser permanentemente ensombreada e até mesmo ameaçada por vastas manchas de exclusão social. Estão em curso formas sociais de produção e de reprodução das necessidades e dos modos de vida.

A sociedade que tende a conceber a qualidade de vida como uma *relação harmoniosa com a natureza*, encontra-se face ao generalizado problema da *poluição*. As sociedades tradicionais procuram a disposição bem ordenada das coisas. Associando o aquém e o além, implantam os próprios cemitérios no centro das cidades e das povoações. Movidas pelo mesmo espírito de conciliação, mas agora em obediência a outros princípios, as sociedades industriais introduzem as fábricas no interior ou nas periferias dos centros urbanos.

O movimento, neste tempo de pós-industrialização, vai em sentido contrário. O olhar é afastado das imagens da morte e a habitação distancia-se do lugar de trabalho. A defesa ecológica aparece como uma preocupação não só de algumas organizações e movimentos sociais como das próprias populações ameaçadas. O homem descobre-se como ser que habita.

Luta-se contra a instalação de indústrias poluentes. Não é somente o valor acrescentado que importa promover. Há a vontade de evitar os atentados à saúde e de buscar os prazeres da vida. Luta-se contra a formação de lixeiras nas imediações das habitações pelos incómodos graves que provocam. A sociedade da abundância produz excesso e lixo.

Luta-se contra a abertura de algumas vias de comunicação, quando elas criam graves impactos ambientais. Na relação entre os desenvolvimentos económico e demográfico, assume, na verdade, particular importância a questão ecológica. O século XX, preocupado com a natureza, vive os problemas da poluição. A sociedade ecológica prevalece sobre os ideais de outrora do progresso, da evolução e da relação de classes. É estreita a interconecção entre vida social e meio ambiente. A metáfora ecológica tende a entrar na definição das relações sociais.

O homem, querendo escolher a forma de vida, defende um meio ambiente apropriado, impedindo a expansão descontrolada das cidades em vastas zonas urbanas, a intensificação dos ruídos, o aumento do *stress*, a acumulação de detritos, a saturação do tráfego rodoviário, o gasto desenfreado ou a rarefacção dos recursos, e a especulação imobiliária.

A consciência verde dá origem, por toda a parte, a movimentos ecológicos promovidos em defesa da qualidade de vida. Factores diversos despertam aquela consciência: a destruição da camada de ozono com consequência de uma forte incidência dos raios ultravioletas de alta energia, o aquecimento geral do planeta pelo efeito de estufa, a alteração do *habitat* dos animais e a extinção de espécies, a acumulação de resíduos e a contaminação da natureza, os gases tóxicos e as chuvas ácidas.

Os problemas do ambiente envolvem dimensões de natureza social, política e económica, fazendo empenhar partidos e desencadeando movimentos. Tais questões não atingem unicamente a natureza, afectam as condições de existência humana sobre a Terra.

O homem é extremamente sensível aos problemas do ambiente. a poluição de toda a ordem produz incómodos que as pessoas não estão dispostas a suportar. A ecologia torna-se uma questão central no mundo actual e um indicador da qualidade de vida (1). O despertar crescente da consciência ecológica desenvolve, nas sociedades europeias, uma vontade generalizada de preservar a diversidade das espécies vegetais e animais, de manter as diferenciações das paisagens e de alimentar as particularidades das culturas regionais.

A sociedade que tende a ver a qualidade de vida como inserção em *múltiplas actividades sociais* debate-se com situações constantes de *stress*. O homem no passado vive em consonância com os ritmos lentos e cíclicos da natureza. Esta não é objecto de gravosos atentados e o homem partilha com ela o mistério da vida. O sol e as estrelas funcionam como o grande relógio do tempo.

As sociedades modernas rompem esse equilíbrio, tornando-se sociedades do movimento, da velocidade e da pressão dos horários. O capitalismo converte o tempo em dinheiro e procura fazer de toda a actividade uma fonte de rendimento. O relógio transformou-se no principal regulador de todas as acções humanas. Encima a frontaria dos edificios públicos, é adossado à parede das fábricas, entra em todos os lares e acompanha as pessoas no seu quotidiano. As sociedades hodiernas são verdadeiramente sociedades programadas.

O *stress* é um estado psicossomático criado pela intensidade dos estímulos a que são sujeitos os indivíduos. O organismo é submetido constantemente a uma pressão, com aumento da irritabilidade e da agressão. Para além da saúde ser atingida, o relacionamento no interior do lar ou no espaço da vida colectiva tende a ser apressado e superficial. As pessoas encontram-se mas não convivem. Envolvem-se em actividades, mas não partilham. Pedem informações, mas não ouvem os outros. A intensificação da existência gera, como defesa, um certo autismo social e a vida perde em qualidade. O homem não pode ser exposto a estímulos demasiado intensos, sem que a qualidade de vida seja afectada. Entre as pessoas tendem a ser introduzidas intermediações, de acordo com o *status* e o estatuto de cada uma. Se nos serviços são filtrados os acessos, nas casas entram em curso os gravadores de chamadas.

Porque a tensão interior é geradora de *stress*, vive-se sob a acção de tranquilizantes. O seu consumo é uma forma lícita de toxicoddependência. Através dos estupefacientes, procura-se fugir à ansiedade, à angustia e às perturbações do sono. O social é anestesiado e farmacologizado.

A sociedade que encara a qualidade de vida como a capacidade de se movimentar no mundo social, que exige um *processamento constante de informação*, debate-se com vários níveis de *literacia*.

As sociedades actuais são denominadas sociedades da informação. A deambulação pelos espaços urbanos e urbanizados põe as pessoas em permanente contacto com sinais que necessitam saber decifrar. O sistema produtivo, face ao crescente avanço tecnológico, exige, por sua vez, uma formação profissional cada vez mais cuidada e elaborada. A normal vivência social não é possível sem uma suficiente capacidade de utilização de material escrito.

O que é específico das sociedades humanas é essencialmente a cultura. Esta viabiliza o relacionamento social e oferece um sentido à existência colectiva. Sendo baixos os níveis de literacia, são insuficientes as capacidades de processamento de informação escrita e, em consequência, é posta em causa a qualidade da vida social. Pelo grau de cultura é definida a autonomia humana e tende cada vez mais a ser avaliada a prática democrática.

Na definição da qualidade de vida, depara-se com algumas dificuldades. Há que conciliar nessa definição, elementos objectivos com avaliações subjectivas e umas e outras adquirem cambiantes diversos de acordo com os meios sociais. Estão em causa os estilos e os modos de vida.

A questão da qualidade de vida parece relacionar-se mais com a estrutura simbólica da sociedade do que com a sua estrutura social. Não existe, em cada época, uma igual sintonia e correspondência entre uma e outra estrutura. No mundo actual, a estrutura simbólica diferencia-se progressivamente da estrutura social. A indiferenciação ou, ao menos, a extensão dos campos simbólicos a sistemas sociais múltiplos torna aparentemente indefinidos os contornos da diferenciação social.

O estudo da estrutura simbólica apresenta então um carácter heurístico importante no estudo das tendências em curso na nossa contemporaneidade, no seu processo de desestruturação e de reestruturação social. Há a tendência para uma anterioridade dos processos de ideação e de representação sobre as formas concretas de fazer. Os modos de vida e, neles, os estilos de vida traduzem as modalidades diferenciadas de representar a realidade e de ordenar a existência. As coisas têm, cada vez mais, valor de troca simbólica. Elas não valem somente ou sobretudo pelo uso ou pelo seu carácter económico. O consumo é marcado pela lógica do simbólico e da diferença. As demais lógicas subordinam-se àquela.

A qualidade de vida, nos diversos indicadores que acabámos de individuar, revela as modalidades de relação que os homens em sociedade estabelecem consigo mesmo e com os outros. A democracia assenta sobre a autonomia e a soberania do indivíduo. As relações sociais implicam, ao mesmo tempo, a autonomia e o controlo dessa autonomia, para que da tensão interior criada pelos constrangimentos contraditórios, consequência da própria liberdade, não resulte o *stress*. Mas a democracia não pode levar ao seu extremo o primado da liberdade individual. As drogas aparecem actualmente como multiplicadoras da individualidade, como artifício capaz de produzir percepções e estados de consciência que facultam a fuga da vida social. Constituídas em negatividade, em recusa do relacionamento, transformam-se em liberdade sem limites, o que é a negação da própria liberdade política. O cuidado posto na máxima individualidade leva ao declínio das solidariedades instituídas. A perda do sentimento de pertença cria a indiferença em relação aos que são excluídos. A promoção do êxito e a valorização dos empreendimentos pessoais tornam

as pessoas indiferentes ao meio ambiente.

Nas sociedades contemporâneas, os constrangimentos tendem a aumentar. A fuga a tais constrangimentos origina movimentos de libertação. O exercício da liberdade é vivido em estados de ambivalência, simultaneamente de criação e de alienação. O homem tenta ir além de si mesmo, mas cai também facilmente na inércia. Unicamente a promoção de um mundo aberto a todos, de que todos partilhem, poderá impedir os efeitos perversos das actuais democracias e propiciar um espaço social onde os homens encontrem o máximo de qualidade de vida.

Poderá dizer-se que concorre para uma melhor qualidade de vida tudo o que promove a realização das pessoas num sistema vasto de relações sociais e em perfeita harmonia com a natureza. Usando o termo “melhor”, introduz-se uma graduação. Nem todos atingem o mesmo grau de qualidade de vida, porque nem todos adquirem a mesma sensibilidade e a mesma formação humana. A socialização e a aculturação operam-se em contextos diferentes e produzem *habitus* diversos.

A qualidade de vida é, além disso, um conceito relativo ao tempo e aos espaços sociais. A busca de situações concretas corresponde a segmentos diferentes da população, a diversas camadas sociais ou a momentos sucessivos da existência. Entra frequentemente em acção o jogo cíclico das preferências, na combinação da mesmidade e da diferença.

Na análise da qualidade de vida está implícita uma normatividade mínima sem a qual será difícil situar a questão. Tal normatividade tem em conta a padronização das condutas numa dada sociedade e no interior das classes sociais. Sem essa normatividade, o conceito dilui-se na subjectividade e na relatividade das condutas.

Mas mais importante para a sociologia parece ser o estudo das concepções de qualidade de vida difundidas na mentalidade geral e nos diferentes agrupamentos. Tais concepções podem ser tipificadas em grandes categorias, de acordo com os meios sociais. Esta tipificação deixa de lado as situações de desvio, como a droga e os demais estados de grave alienação, de exclusão social de poluição extremada, situações incompatíveis com a vida humana numa sociedade democrática. O movimento a favor da qualidade de vida exige, por isso, a erradicação daquelas situações. Percorre depois uma longa estrada, semeada de dificuldades, conducente à promoção de condições existenciais que propiciem uma vida na suficiência de bens e no máximo de dignidade possível igual para todos.

Referências Bibliográficas

Marshall Sahlins, *Âge de Pierre, Âge d'Abondance*, Paris, Gallimard, 1978.

Jean Baudrillard, *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70, 1981.

É. Durkheim, *De la Division du Travail Social*, Paris, PUF, 1967.

Immanuel Kant, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Lisboa, Edições 70, 1992.

John Stuart Mill, *L'Utilitarisme*, Paris, Flammarion, 1988.

Anne Fagot-Largeault, “Réflexions sur la notion de qualité de la vie”, in *Archives de Philosophie du Droit*, Vol. *Droit et Science*, Paris, 1991.

António Teixeira Fernandes, “Modernidade e eutanásia”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I, 1991.

Max Weber, *Escritos Políticos*, I, México, Folios Ediciones, 1984.

Ronald Inglehart, *The Silent Revolution*, Princeton, Princeton University Press, 1977.

Michel Durand e Yvette Harff, *La Qualité de la Vie*, Paris, Mouton, 1977.

Nicole Haumont, *Familles, Modes de Vie et Habitat*, Paris, L' Harmattan, 1989. M. Maurice e D. Delomenie, *Modes de Vie et Espaces Sociaux*, Paris, Mouton, 1976.

Colloque de Dourdan, *Espace et Modes de Vie*, Paris, Plan Construction et Architecture, 1984.

James D. Burnell e George Galster, *Quality-of-Life. Measurements and Urban Size: an Empirical Note*, *Urban-Studies*, 29, 1992, 5.

Jean Belorgey, *La Gauche et les Pauvres*, Paris; Syros-Alternatives, 1987.

Luc Boltanski, *La Souffrance à Distance. Morale Humanitaire; Médias et Politique*, Paris, Métailie, 1993.

Gilbert Benhayoun e Steve Bazan (Dir.), *Salaires Minimum et Bas Salaires*, Paris, L'Harmattan, 1995.

M. Lockwood, “Qualité de la vie et affectation des ressources”, in *Revue de Métaphysique et de Morale*, 3, 1987.

[1] Marshall Sahlins, *Âge de Pierre, Âge d'Abondance*, Paris, Gallimard, 1978; Jean Baudrillard, *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70, 1981.

[2] É. Durkheim, *De la Division du Travail Social*, Paris, PUF, 1967, pp. 213 e 215.

- [3] É. Durkheim, *De la Division du Travail Social*, Paris, PUF, 1967, pp. 213 e 215.
- [4] Marshall Sahlins, *Âge de Pierre, Âge d'Abondance*, Paris, Gallimard, 1978; Jean Baudrillard, *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70, 1981.
- [5] É. Durkheim, *O. c.*, pp. 215 e 216
- [6] É. Durkheim, *O. c.*, pp. 220-224, 230 e 259.
- [7] John Stuart Mill, *O. c.*, p. 54 Immanuel Kant, *O. c.*
- [8] Anne Fagot-Largeault, "Réflexions sur la notion de qualité de la vie", in *Archives de Philosophie du Droit*, Vol. *Droit et Science*, Paris, 1991, pp. 135-153; António Teixeira Fernandes, "Modernidade e eutanásia", in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I, 1991, pp. 67-78.
- [9] Max Weber, *Escritos Políticos*, I, México, Folios Ediciones, 1984, p.16.
- [10] Marshall Sahlins, *Âge de Pierre, Âge d'Abondance*, Paris, Gallimard, 1978; Jean Baudrillard, *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70, 1981. Marshall Sahlins, *Âge de Pierre, Âge d'Abondance*, Paris, Gallimard, 1978; Jean Baudrillard, *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70, 1981.
- [11] Ronald Inglehart, *The Silent Revolution*, Princeton, Princeton University Press, 1977; Michel Durand e Yvette Harff, *La Qualité de la Vie*, Paris, Mouton, 1977; Nicole Haumont, *Familles, Modes de Vie et Habitat*, Paris, L' Harmattan, 1989; M. Maurice e D. Delomenie, *Modes de Vie et Espaces Sociaux*, Paris, Mouton, 1976; Colloque de Dourdan, *Espace et Modes de Vie*, Paris, Plan Construction et Architecture, 1984; James D. Burnell e George Galster, *Quality-of-Life. Measurements and Urban Size: an Empirical Note*, *Urban-Studies*, 29, 1992, 5, pp. 727-735.
- [12] Jean Belorgey, *La Gauche et les Pauvres*, Paris; Syros-Alternatives, 1987; Luc Boltanski, *La Souffrance à Distance. Morale Humanitaire; Médias et Politique*, Paris, Métailie, 1993; Gilbert Benhayoun e Steve Bazen (Dir.), *Salair Minimum et Bas Salaires*, Paris, L'Harmattan, 1995; M. Lockwood, "Qualité de la vie et affectation des ressources", in *Revue de Métaphysique et de Morale*, 3, 1987, pp. 307-328.